



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA EM 18.08.2015

Aos 18 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede da 4ª Vara do Trabalho de Taquara a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Nádia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003805-03.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular CINARA ROSA FIGUEIRÓ, pelo Juiz Substituto OSVALDO ANTÔNIO DA SILVA STOCHER, pela Diretora de Secretaria MELINA SEOLINO FERRARY, e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 14.11.2011

Data da última correição realizada: 05.11.2014

Jurisdição: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 18.08.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01, de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 4ª Vara do Trabalho de Taquara pertence à 63ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende quatro vagas de zoneamento.

2.1.2 Juizes Atuais

Juiz(a)	Situação	Período
Cinara Rosa Figueiró	Juíza Titular	Desde 27.09.2013
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	Juiz Substituto Zoneado	Desde 13.04.2015



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Lúcia Rodrigues de Matos	Juíza Substituta Zoneada	Desde 13.04.2015
Edenir Barbosa Domingos	Juiz Substituto Zoneado	Desde 13.04.2015
Jaqueline Maria Menta	Juíza Substituta Zoneada	Desde 13.04.2015

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.08.2015)

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz(a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	Cinara Rosa Figueiró	Desde 27.09.2013	Desde 27.09.2013	-
1	Thiago Boldt de Souza	De 21 a 31.01.2014	Juíza Titular desconvocada para prolatar sentenças de seu resíduo	11 dias
2	Charles Lopes Kuhn	De 10 a 16.03.2014 (07d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	44 dias
		De 12.05 a 11.06.2014 (31d)		
		Em 30.07.2014 (01d)		
		De 01 a 05.12.2014 (05d)	Juíza Titular desconvocada para prolatar sentenças de seu resíduo	
3	Lúcia Rodrigues de Matos	De 10.03 a 08.04.2014 (30d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	318 dias
		De 12.05 a 11.06.2014 (31d)		
		De 15.09 a 14.11.2014 (61d)		
		De 12.03 a 12.04.2015 (32d)		
		De 13.05 a 21.06.2015 (40d)		
		De 17.08 a 18.11.2015 (94d)		
		De 31.07 a 06.08.2014 (07d)	LTS	
		De 22.06 a 14.07.2015 (23d)	Juíza Titular em férias	
4	André Sessim Parisenti	De 14.03 a 08.04.2014 (26d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e	44 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

		De 28.10 a 14.11.2014 (18d)	4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	
5	Patricia Helena Alves de Souza	De 22.04 a 11.05.2014 (20d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	20 dias
6	Oswaldo Antonio da Silva Stocher	De 09.04 a 11.05.2014 (33d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	304 dias
		De 01 a 27.10.2014 (27d)		
		De 12.03 a 03.05.2015 (53d)		
		De 18.05 a 21.06.2015 (35d)		
		De 17.08 a 18.10.2015 (63d)		
		De 12.05 a 10.06.2014 (30d)	Juíza Titular em férias	
		De 28.10 a 19.11.2014 (23d)		
		De 04 a 17.05.2015 (14d)	LTS	
		De 23.06 a 04.07.2014 (12d)		
De 17 a 30.09.2014 (14d)				
7	Adriana Ledur	De 22 a 30.09.2014 (09d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	09 dias
8	Jaqueline Maria Menta	De 13.04 a 12.05.2015 (30d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	48 dias
		De 22 a 23.06.2015 (02d)		
		De 29.06 a 14.07.2015 (16d)		
9	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	De 04 a 12.05.2015 (09d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	09 dias
10	Edenir Barbosa Domingos	De 22.06 a 14.07.2015 (23d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	23 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.08.2015)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz(a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Cinara Rosa Figueiró	Desconvocação para proferir sentenças de seu residuo	De 21 a 31.01.2014 (11d)	140 dias
			De 01 a 05.12.2014 (05d)	
		Férias	De 12.05 a 10.06.2014 (30d)	
			De 28.10 a 19.11.2014 (23d)	
			De 04 a 17.05.2015 (14d)	
			De 22.06 a 14.07.2015 (23d)	
		LTS	De 23.06 a 04.07.2014 (12d)	
			De 30.07 a 06.08.2014 (08d)	
			De 17 a 30.09.2014 (14d)	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.08.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

Servidor(a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1 Melina Seolino Ferrary	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3) (desde 12.09.2013)	06.12.2012
2 Renata Vieira de Souza	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	10.06.2015
- Delcio Antonio Moretti	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	24.03.2014



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3	Janaina Luiza Rypl Reis	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	07.10.2013
4	Tiago Dal Castel Trevizani	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	17.08.2012
5	Diogo da Silva Correa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	03.11.2014
6	Patricia de Souza Garcia	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	18.11.2013
7	Fernando Santinon	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	23.04.2013
8	Igor Leonardo de Vasconcelos Pereira	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	10.12.2012
9	Juliane Aparecida Maggioni Geib	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	03.04.2012
10	Karla Cristina Rezende Andrade	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	19.08.2013
11	Larissa Herrmann Wanner	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	15.04.2015
12	Sabrina Fontes da Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	16.11.2012

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.08.2015)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.390 processos	1.001 a 1.500	12 servidores	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 4ª Vara do Trabalho de Taquara está **adequado** à quantidade prevista na referida norma.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Melina Seolino Ferrary	Curso ou Evento	09 dias	11 dias
	Curso Parcial	01 dia	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01 dia	
Renata Vieira de Souza	Casamento	08 dias	09 dias
	Curso ou Evento	01 dia	
Delcio Antonio Moretti	Curso ou Evento	01 dia	01 dia
Janaina Luiza RypI Reis	Curso ou Evento	08 dias	15 dias
	Curso Parcial	07 dias	
Tiago Dal Castel Trevizani	Curso ou Evento	01 dia	01 dia
Diogo da Silva Correa	Curso ou Evento	03 dia	11 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	08 dias	
Patricia de Souza Garcia	Curso ou Evento	02 dias	200 dias
	Curso Parcial	05 dias	
	Licença-gestante	180 dias	
	Doença em Pessoa da Família	06 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	07 dias	
Fernando Santinon	Curso Parcial	05 dias	06 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01 dia	
Igor Leonardo de Vasconcelos Pereira	Curso ou Evento	03 dias	08 dias
	Curso Parcial	05 dias	
Juliane Aparecida Maggioni Geib	Curso ou Evento	01 dia	24 dias
	Curso Parcial	05 dias	
	Doença em Pessoa da Família	13 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	05 dias	
Karla Cristina Rezende Andrade	Curso ou Evento	05 dias	05 dias
Sabrina Fontes da Silveira	Curso ou Evento	05 dias	30 dias
	Dispensa Médica	03 dias	
	Doença em Pessoa da Família	04 dias	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	18 dias	
--	--	---------	--

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.08.2015)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor(a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Rochele Fenner	11.07.2013	17.03.2014	8 meses e 06 dias	Lotação na 12ª VT de Porto Alegre – Assistente (FC02)
2	Francielli Mancio Ferreira	18.11.2013	07.05.2014	05 meses e 19 dias	Lotação na 1ª VT de Novo Hamburgo – Secretário de Audiência (FC03)
3	Angela Portela de Melo	02.06.2014	27.08.2014	02 meses e 25 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
4	Miziara Oliveira dos Santos	14.11.2011	24.02.2015	03 anos, 03 meses e 10 dias	Lotação no PAJT de Tramandaí
5	Ademir Claro	10.12.2012	02.08.2015	02 anos, 07 meses e 22 dias	Lotação no PAJT de Tramandaí – Assistente (FC02) *

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.08.2015)

* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente (FC02) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Daniely Cristina Alves Lopes Martins	Superior em Direito	06.05.2014 a 05.11.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Cinara Rosa Figueiró Juiz Titular	-	-	142,5 horas	142,5 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.08.2015)

2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor(a)	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Melina Seolino Ferrary *	131,50	20 horas	88 horas	239,5 horas
Renata Vieira de Souza	-	8 horas	125,5 horas	133,5 horas
Delcio Antonio Moretti	-	8 horas	84 horas	92 horas
Janaina Luiza Rypf Reis	51,5 horas	20 horas	25 horas	96,5 horas
Tiago Dal Castel Trevizani	-	26 horas	5 horas	31 horas
Diogo da Silva Correa	-	-	56 horas	56 horas
Patricia de Souza Garcia	-	20 horas	18 horas	38 horas
Fernando Santinon	50 horas	20 horas	66 horas	136 horas
Igor Leonardo de Vasconcelos Pereira	-	20 horas	50 horas	70 horas
Juliane Aparecida Maggioni Geib	65 horas	26 horas	204 horas	295 horas
Karla Cristina Rezende Andrade	-	20 horas	62 horas	82 horas
Larissa Herrmann Wanner	-	-	-	-
Sabrina Fontes da Silveira	-	20 horas	61 horas	81 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2015)

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
----------	------	------	------------------------	---------------------	---------------------------------------



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.593	1.482	-6,97%	1.574	6,21%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	63	135	114,29%	138	2,22%
Pendentes de finalização na fase de execução***	628	622	-0,96%	672	8,04%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	26	18	-30,77%	30	66,67%
Total	2.310	2.257	-2,29%	2.414	6,96%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

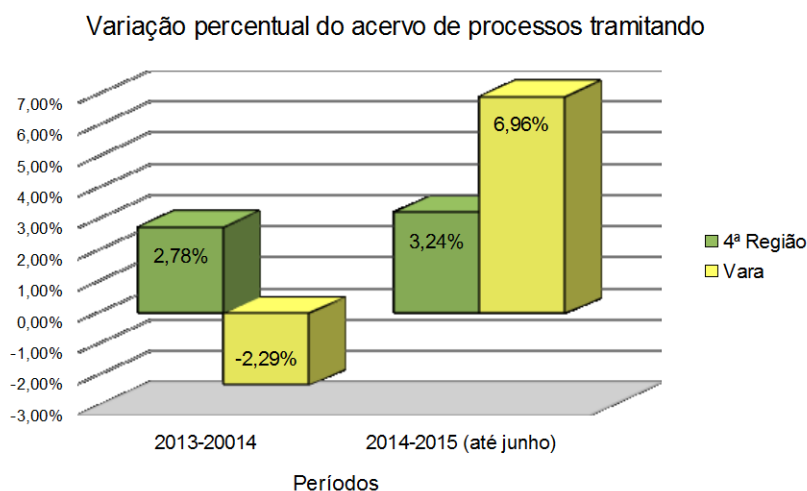
* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, o acervo de processos em tramitação na Unidade Judiciária diminuiu 2,29% em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve, em média, acréscimo de 2,78% no estoque de processos em tramitação. Houve redução de processos pendentes de finalização nas fases de conhecimento e de execução (111 e 06 processos, respectivamente), e aumento de 72 processos na fase de liquidação.

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 indicam aumento de 6,96% no acervo de processos tramitando na unidade judiciária, enquanto na 4ª Região se verifica aumento de 3,24% do estoque no mesmo período. Especificações no gráfico abaixo.





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos pendentes de solução

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Casos novos	1.399	1.331	-4,86%	696	-47,71%
Sentença Anulada/Reformada	1	3	200,00%	1	-66,67%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.427	1.308	-8,34%	642	-50,92%
Processos pendentes de solução	840	842	0,24%	858	1,90%

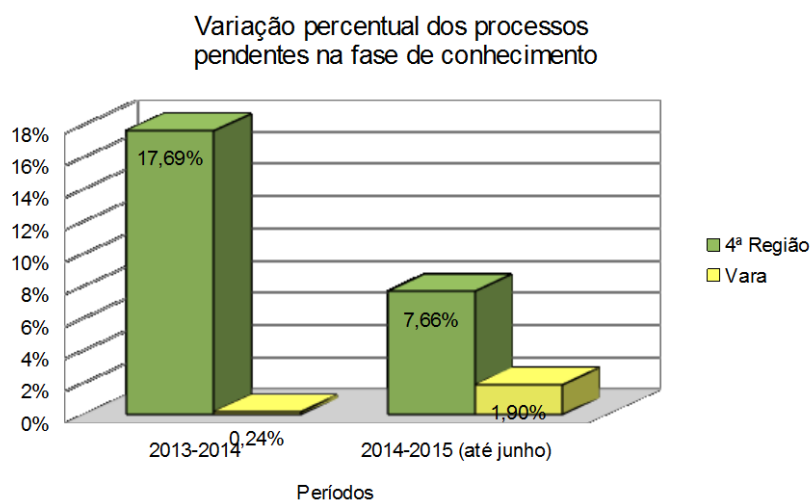
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

O estoque de processos pendentes de solução na fase de conhecimento em 2014, na Unidade Judiciária, manteve-se estável na comparação com o ano de 2013 (aumento de 0,24% = dois processos), enquanto na 4ª Região houve acréscimo de 17,69%.

Esse resultado decorre da redução em 4,86% no número de casos novos na comparação com 2013, em que pese a queda de 8,34% no número de processos solucionados em 2014.

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 refletem crescimento do estoque de processos pendentes de solução na Unidade Judiciária (1,90%), inferior à média regional aferida no mesmo período (7,66%).



A maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento aguarda encerramento da instrução processual. O número de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido passou de 23 em 2013 para 93 em 2014, e até junho de 2015 recuou para 30 processos nessa situação. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Aguardando 1ª sessão de audiência	147	136	-7,48%	239	75,74%
Aguardando encerramento da instrução	599	502	-16,19%	500	-0,40%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	71	111	56,34%	89	-19,82%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	23	93	304,35%	30	-67,74%
TOTAL	840	842	0,24%	858	1,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

3.2.2 Taxa de congestionamento*

Fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
4ª Vara do Trabalho de Taquara	38,28%	39,83%	4,06%	58,28%	46,32%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	61,09%	37,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

Na 4ª Vara do Trabalho de Taquara, a taxa de congestionamento da fase de conhecimento passou de 38,28% em 2013 para 39,83% no ano de 2014, alcançando 58,28% em junho de 2015, permanecendo, ainda assim, abaixo do congestionamento médio regional.

3.2.3 Processos solucionados



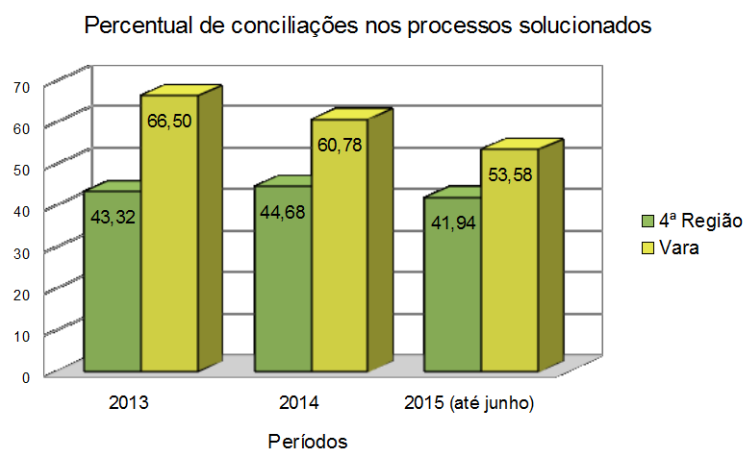
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento							
Solução		2013		2014		2015 (até junho)	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Com exame de mérito	Conciliação	949	66,5	795	60,78	344	53,58
	Julgado procedente	9	0,63	32	2,45	15	2,34
	Julgado procedente em parte	238	16,68	326	24,92	201	31,31
	Julgado improcedente	31	2,17	24	1,83	25	3,89
	Extinto	1	0,07	0	0	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	13	0,91	11	0,84	5	0,78
	Arquivamento (art. 844 CLT)	127	8,9	80	6,12	36	5,61
	Desistência	43	3,01	36	2,75	16	2,49
	Outras decisões	16	1,12	4	0,31	0	0
TOTAL		1.427	100	1.308	100	642	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Em 2014, a Unidade Judiciária solucionou 119 processos a menos, na comparação com o ano de 2013, refletindo queda de 8,34%, enquanto nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região o recuo médio no número de processos solucionados foi de 2,67%.

Com relação às decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) verificou-se aumento de 36,92%, passando de 279 em 2013 para 382 em 2014; no mesmo período, na 4ª Região, houve redução média de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito. Diminuiu o número de homologações de acordo (de 949 em 2013 para 795 em 2014), repercutindo no percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados (66,5% em 2013 e 60,78% em 2014) que, ainda assim, manteve-se acima da média regional. Especificações no gráfico abaixo.





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Iniciadas	83	189	127,71%	138	-26,98%
Encerradas	152	110	-27,63%	135	22,73%
Pendentes	56	132	135,71%	133	0,76%
Em Arquivo Provisório	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

O estoque de processos pendentes na fase de liquidação na Unidade Judiciária cresceu de 56 em 2013 para 132 em 2014, representando acréscimo de 135,71%. Este resultado reflete a majoração de 127,71% no número de liquidações iniciadas associada à redução de 27,63% no número de liquidações encerradas no período.

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 refletem estabilidade no estoque de liquidações pendentes na Unidade Judiciária (acrécimo de 0,76% = um processo).

3.3.2 Taxa de congestionamento*

Fase de liquidação					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
4ª Vara do Trabalho de Taquara	27,27%	55,10%	102,04%	50,00%	-9,26%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	58,84%	33,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior+liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária na fase de liquidação aumentou de 27,27% em 2013 para 55,10% no ano de 2014, superando o congestionamento médio aferido na 4ª Região, de 44,16%. Até junho de 2015, recuou para 50%, ficando abaixo do congestionamento médio regional, de 58,74%.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2013	2014	Variação 2013- 2014	2015 (até junho)	Variação 2014- 2015 (até junho)
Entradas	Iniciadas	219	197	-10,05%	156	-20,81%
	Desarquivadas para prosseguimento	1	12	1100,00 %	1	-91,67%
Saídas	Encerradas	182	174	-4,40%	102	-41,38%
	Arquivadas Provisoriamente	70	62	-11,43%	32	-48,39%
Pendentes	Exclusivamente de crédito previdenciário	2	3	50,00%	1	-66,67%
	Demais	530	486	-8,30%	491	1,03%
	Total	532	489	-8,08%	492	0,61%
Saldo no arquivo Provisório		69	125	81,16%	155	24,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Em 2014, na 4ª Vara do Trabalho de Taquara, houve redução de 4,40% no número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região a queda no número de execuções encerradas foi de 5,57%. A Unidade Judiciária também diminuiu em 10,05% o número de execuções iniciadas em 2014, na comparação com o ano de 2013.

Como resultado, o estoque de execuções pendentes na unidade correccionada apresentou recuo de 8,08% em relação ao saldo do ano anterior, enquanto na 4ª Região houve queda de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.

Para 2015, os dados parciais colhidos até junho refletem estabilidade no número de processos pendentes da fase de execução (acréscimo de 0,61% = três processos).

3.4.2 Taxa de congestionamento*

Fase de execução (sem arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
4ª Vara do Trabalho de Taquara	76,42%	76,13%	-0,38%	84,19%	10,58%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	83,77%	18,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária, de 76,13% no ano de 2014, alcançou 84,19% em junho de 2015, mantendo-se acima do congestionamento médio regional de 70,81% e 83,77%, respectivamente.

Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
4ª Vara do Trabalho de Taquara	76,42%	78,20%	2,32%	86,75%	10,94%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	90,64%	6,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de execução, ficou em 78,20% no ano de 2014 e 86,75% até junho de 2015, abaixo do congestionamento médio regional, de 84,91% e 90,64%, respectivamente.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Processos com inclusão de devedor no BNDT	171	124	-27,49%	44	-64,52%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	161	236	46,58%	241	2,12%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 4ª Vara do Trabalho de Trabalho, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2013 e 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta **resultou 01 processo** com execução encerrada definitivamente e que ainda possui devedor inscrito no BNDT.

Processo	Situação Processual	Histórico BNDT
0000147-85.2012.5.04.0384	Em 31/03/2014 foram lançados no inFOR os andamentos “extinta a execução” e arquivado definitivamente”.	A reclamada Transportes Odamarg Ltda. (Em recuperação judicial) foi incluída no BNDT em 17/01/2013, com a informação “exigibilidade suspensa”.

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão e inFor em 13.08.2015)

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	2013			2014			2015 (até junho)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	91	71	20	124	105	40	78	96	21
Antecipações de tutela	38	35	4	90	92	16	23	39	6
Impugnações à sentença de liquidação	4	2	2	5	4	1	2	2	2
Embargos à execução	39	19	19	23	24	16	19	23	12
Embargos à arrematação	2	1	0	1	1	0	1	0	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	8	1	7	4	9	2	1	2	1
Total	182	129	52	247	235	75	124	162	43

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Em 2014, conforme se observa do quadro acima, cresceu o número de incidentes processuais que ingressaram na Unidade Judiciária (182 em 2013 e 247 em 2014). Aumentou o número de incidentes processuais julgados (129 em 2013 e 235 em 2014) e o número de incidentes processuais pendentes (52 em 2013 e 75 em 2014). Dentre os tipos de incidentes, verificou-se redução no número de embargos à execução, e crescimento no número de embargos de declaração e pedidos de antecipação de tutela.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

Processos Físicos	
Processo	Situação
0000921-81.2013.5.04.0384	Em 27/01/2015 foi registrado no inFOR protocolo de embargos de Declaração pelo reclamante. Em 02/03/2015 o processo foi concluso para despacho/decisão e, em 31/07/2015, foi lançado no sistema o andamento "Julgamento – improcedente o pedido". Considerando que não houve o registro de julgamento dos Embargos de Declaração, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.
0001193-75.2013.5.04.0384	Em 21/07/2014 foi registrado no inFOR o protocolo de Embargos à Execução pela reclamada. Em 29/07/2014 os autos foram conclusos para decisão/despacho. Em 14/08/2014 foi proferida decisão inadmitindo os Embargos à execução protocolados. Considerando que não houve o lançamento do andamento adequado "Decisão em incidente processual", permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.
PJe	
Processo	Situação
0020224-47.2014.5.04.0384	Em 10/10/2014 a parte autora, ao ajuizar a ação no sistema PJe, informou pedido liminar/antecipação de tutela. Em 15/10/2014, foi proferido despacho de mero expediente examinando o pedido da antecipação dos efeitos da tutela. Considerando que não houve registro adequado no sistema do julgamento da antecipação de tutela ("Não concedida a antecipação de tutela a"), permanece a pendência do incidente junto ao sistema e-Gestão.

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão, inFOR e PJe em 13.08.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)				
	2013	2014	Variação% 2013-2014	Variação% 2015 (até junho) 2014-2015 (até junho)



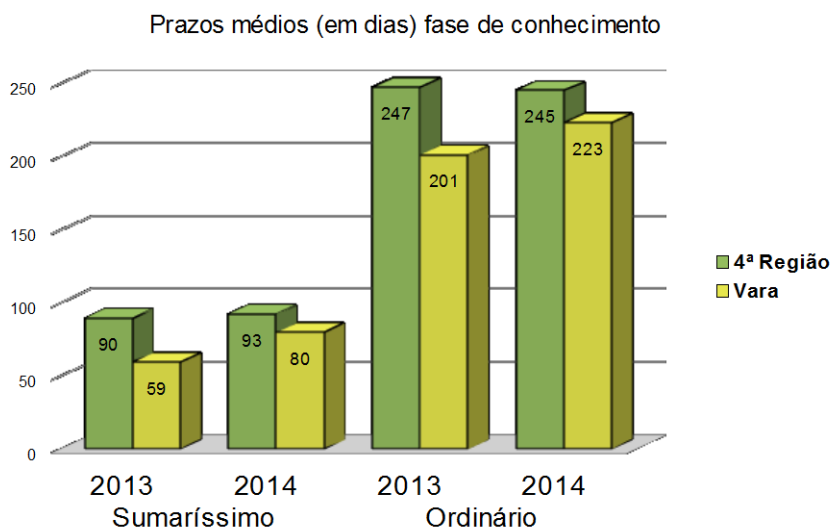
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	59,46	79,98	34,50%	150,84	88,60%
	Ordinário	201,45	223,14	10,77%	287,06	28,64%
	Total	197,74	220,17	11,34%	284,46	29,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Em 2014, entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença decorreram, em média, 79,98 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e 223,14 dias nas ações ordinárias, refletindo aumento de 34,50% e de 10,77%, respectivamente, em relação aos prazos de 2013.

O lapso processual na fase de conhecimento na unidade correccionada mostrou-se, ainda assim, mais célere que aquele aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região tanto nos processos de rito sumaríssimo, onde constatou-se transcorrerem, em média, 92,57 dias, quanto nas ações ordinárias, onde aferido lapso de tramitação processual de 245,25. Especificações no gráfico abaixo.

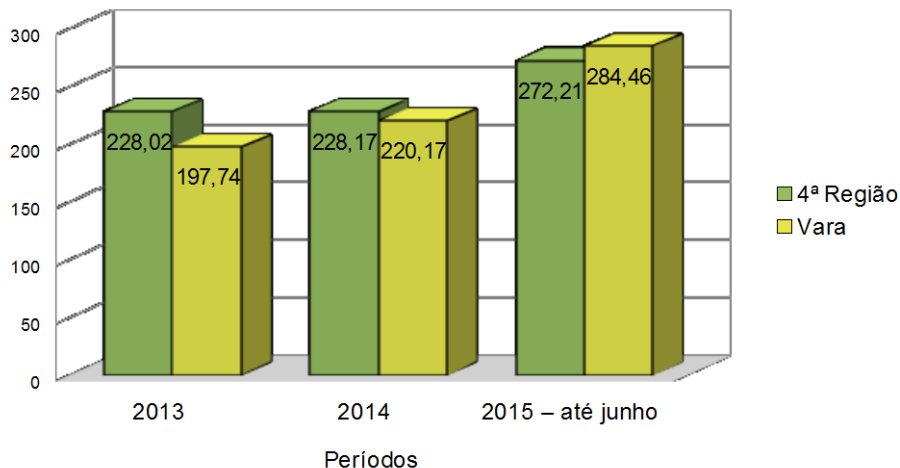


Os dados parciais colhidos até junho projetam para 2015 aumento dos prazos médios na fase de conhecimento na Unidade Judiciária tanto nos processos de rito sumaríssimo quanto nas ações ordinárias, alcançando 150,84 dias e 287,06 dias, respectivamente. O prazo médio na unidade correccionada na fase de conhecimento em 2015 supera o prazo médio regional, conforme indicado no gráfico abaixo.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	85,33	(*)	-	(*)	-
	Ordinário	144,63	197,32	36,43%	167,82	-14,95%
	Total	143,37	197,32	37,63%	167,82	-14,95%

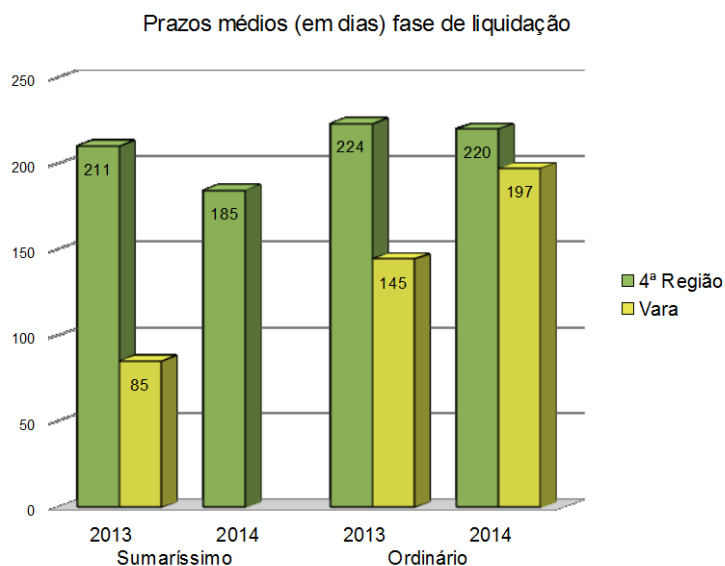
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* O Sistema e-Gestão não retornou valores na data da consulta.

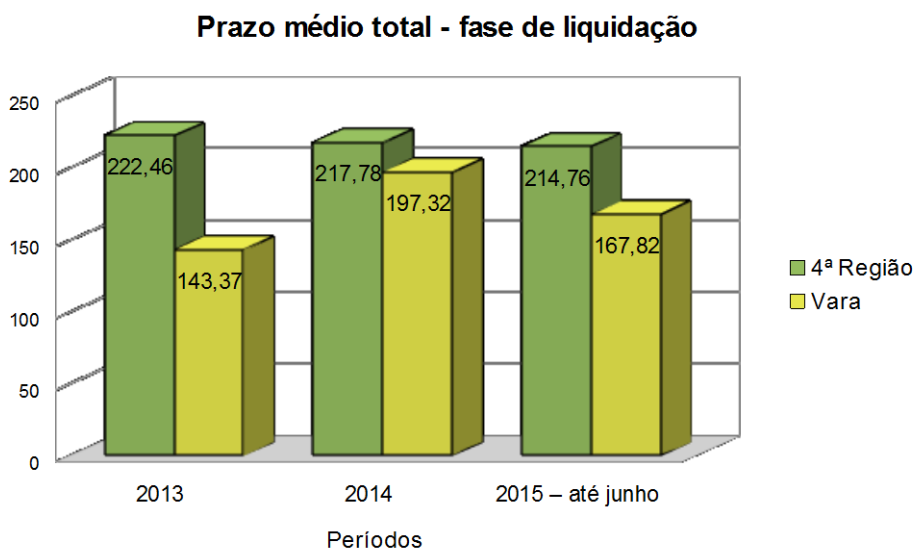
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, foi de 197,32 dias nas ações ordinárias, refletindo aumento de 36,43% na comparação com o prazo aferido no ano de 2013, mostrando-se, ainda assim, 10,35% mais célere que o prazo médio aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região. Nos processos de rito sumaríssimo, o Sistema e-gestão não apresentou valores na data da pesquisa para o ano de 2014.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL



Os dados parciais colhidos até junho projetam para 2015 redução no prazo médio na fase de liquidação, recuando para 167,82 dias nas ações ordinárias. Nos processos de rito sumaríssimo, o Sistema e-gestão não apresentou valores na data da pesquisa para o ano de 2015. O prazo médio da Unidade Judiciária mantém-se menor que o prazo médio regional.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

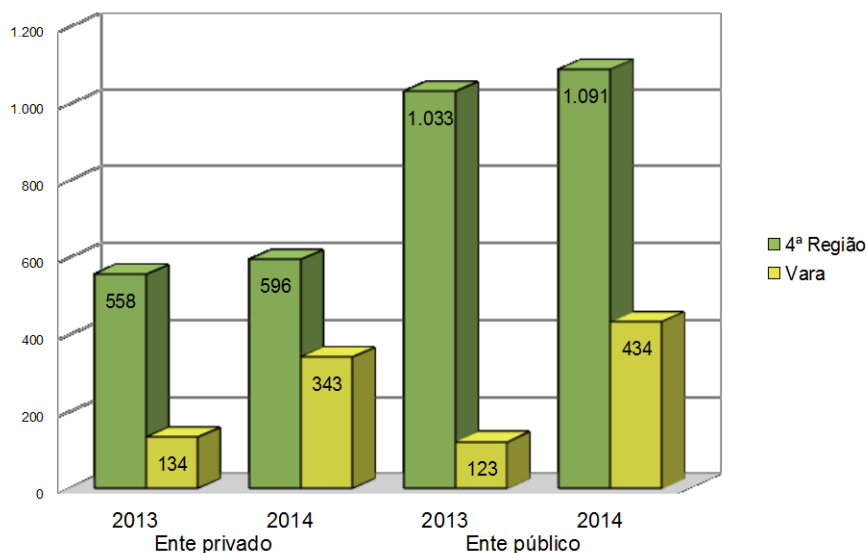
		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Do início ao encerramento da execução	Ente Privado	134,19	343,23	155,78%	290,99	-15,22%
	Ente Público	122,80	434,00	253,42%	448,67	3,38%
	Total	133,87	346,45	158,79%	295,67	-14,66%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

O prazo de tramitação processual na fase de execução na 4ª Vara do Trabalho de Taquara, em 2014, foi, em média, de 346,45 dias, refletindo aumento de 158,79% em relação ao lapso de tramitação processual aferido no ano de 2013. Ainda assim, mostrou-se bem mais célere que o prazo médio regional na fase de execução.

Nos processos em que o executado é ente privado, o prazo de tramitação na Unidade Judiciária (343,23 dias) foi 42,44% mais rápido do que o aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, e nas execuções contra ente público (434 dias) mostrou-se 60,22% mais célere que a média regional.

Prazo médio (em dias) fase execução



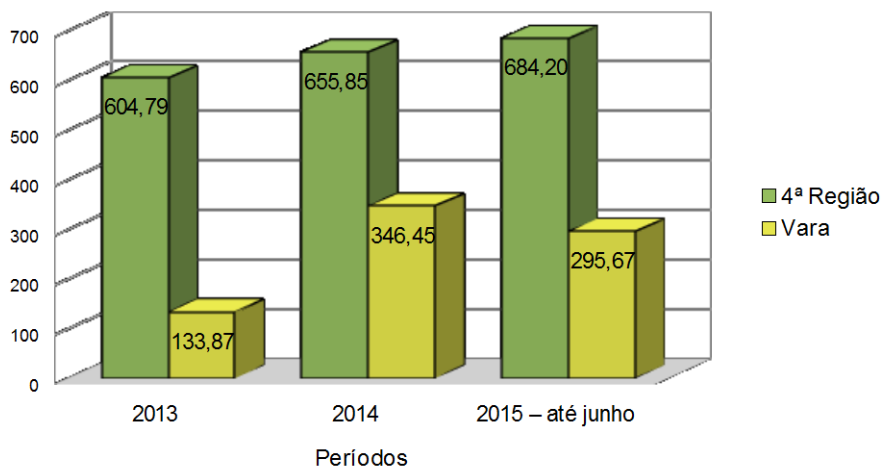
Os dados parciais colhidos até junho projetam para 2015 redução do prazo médio na fase de execução nos processos contra entes privados, recuando para 290,99 dias, e aumento nas execuções contra entes públicos, alcançando 448,67 dias. Ainda assim, o prazo médio da Unidade na fase de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

execução permanece abaixo do aferido na 4ª Região, conforme indicado no gráfico abaixo.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2. Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.3 - Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Solucionados	%	Resultado
-	-	-	Meta inaplicável *

* A Unidade Judiciária somente foi instalada em 14.11.2011, sendo inaplicável a meta.

5.1.4 Meta 2 - 2013: “Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Solucionados em 2009	%	Resultado
			Meta inaplicável *

* A Unidade Judiciária somente foi instalada em 14.11.2011, sendo inaplicável a meta.

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1. Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2014	Solucionados até 31.12.2014	%	Resultado
1.331	1.308	98,27%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
-	-	-	Meta inaplicável
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
891	839	94,16%	Meta cumprida

* A Unidade Judiciária somente foi instalada em 14.11.2011, sendo inaplicável a meta.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

META 5/2014 CNJ		
Tipo de execução	% de redução/aumento do congestionamento	Resultado
Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	+89,72%	Meta parcialmente cumprida
Execução Fiscal	0%	

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2015	Solucionados até 30.06.2015	%	Resultado
696	642	92,24%	Indicativo de não cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até	Processos distribuídos até	Percentual atingido	Resultado



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

31/12/2013	31/12/2013 e julgados entre jan/2013 e junho/2015		
840	775	92,26%	Meta já cumprida

5.3.3 - Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 30.06)	Execuções baixadas* em 2015 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado
156	104	66,67%	Indicativo de não cumprimento da meta

*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (até 30.06.2015)	Meta de processos para 31.12.2015
1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda.	15	16	14
2º) Estado do Rio Grande do Sul	9	14	8
3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	1	1
4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	6	5	5
5º) União	1	1	0



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

6º) Oi S.A.	4	4	3
7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0
8º) Caixa Econômica Federal - CEF	6	5	5
9º) Banco do Brasil S.A.	3	2	2
10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição	0	0	0

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 – até 30.06	Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015	Resultado parcial
228,17	220,17	284,46	217,97	Indicativo de não cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.06)	Meta para 2015	Resultado Parcial
Total de acordos	949	795	872	344	881	Média parcial abaixo da necessária para cumprimento da meta
Média mensal de acordos	79,08	66,25	72,67	47,41	73,42	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas a quintas-feiras pela manhã. A partir de agosto de 2015, as audiências serão realizadas de segundas a quartas-feiras pela manhã, quando haverá acréscimo de 01 prosseguimento por dia. Em razão do regime de Juiz Auxiliar compartilhado, no período de 17.8 a 17.11.2015, em semanas intercaladas, há sessões de audiências à tarde, de segundas a quartas-feiras. A composição média das sessões é especificada no(s) quadro(s) abaixo.

Juíza Cinara	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	7 (I) 1 (I – para inserção) 1 (U) 4 (P)	7 (I) 1 (I – para inserção) 1 (U) 4 (P)	7 (I) 1 (I – para inserção) 1 (U) 4 (P)	7 (I) 1 (I – para inserção) 1 (U) 4 (P)	-
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências Tiago em 18.8.2015)

Juiz Auxiliar	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	5 (I) 1 (I – para inserção) 1 (U) 5 (P)	5 (I) 1 (I – para inserção) 1 (U) 5 (P)	5 (I) 1 (I – para inserção) 1 (U) 5 (P)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências Tiago em 18.8.2015)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última data marcada	Próxima data livre
Inicial	20.10.2015	30.9.2015
Una Sumaríssimo	-	01.9.2015
Instrução	30.3.2016	08.3.2016 (PJe) 17.2.2016 (físicos)
Tentativa de acordo em execução	Quando necessário	

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 18.8.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	Sumaríssimo	45,86	26,95	-41,23%	40,35	49,71%
	Ordinário	68,03	45,95	-32,46%	64,81	41,04%
	Total	67,5	45,51	-32,58%	64,35	41,39%

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 05.08.2015)

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de **26,95 dias** nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e de **45,95 dias** nas ações ordinárias, mantendo-se **próximo** do prazo tido por adequado para unidades desse porte (até 40 dias).

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 indicam aumento de 41,39% no prazo médio em que realizadas as audiências iniciais, alcançando **40,35 dias** nos processos de rito sumaríssimo, e **64,81 dias** nas ações ordinárias, o que merece atenção, o que merece atenção.

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, em 18.8.2015, quando constatado que as audiências iniciais estavam sendo designadas com prazo de **15 dias** nos processos sumaríssimos e **42 a 62 dias** nas ações ordinárias.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO

No dia da inspeção correcional, 18.8.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas para os dias 08.3.2016 (**200 dias**) e 17.2.2016 (**179 dias**), para instrução de processos eletrônicos e físicos, respectivamente, com audiências já designadas para 30.3.2016 (**222 dias**), dentro do prazo tido por razoável para unidades com semelhante movimentação processual, que é de até 240 dias.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz	Audiências Realizadas - 2014				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Adriana Ledur	1	9	0	0	10
André Sessim Parisenti	71	53	1	1	126



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Charles Lopes Kuhn	67	58	1	1	127
Cinara Rosa Figueiró	796	507	14	24	1.341
Lúcia Rodrigues de Matos	35	20	1	0	56
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	410	259	9	5	683
Thiago Boldt de Souza	54	29	1	0	84
TOTAL	1.434	935	27	31	2.427
Audiências Realizadas - 2015					
Juiz	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	Total
Charles Lopes Kuhn	9	7	0	0	16
Cinara Rosa Figueiró	323	274	11	4	612
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	9	9	0	0	18
Edenir Barbosa Domingos	18	15	0	0	33
Lúcia Rodrigues de Matos	18	14	0	0	32
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	116	116	1	1	234
Juiz não informado *	2	1	0	0	3
TOTAL	495	436	12	5	948

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* O Sistema e-Gestão não retornou valores com o nome do juiz na data da consulta.

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Magistrados	Solucionados - 2014				Sem Exame de Mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Ledur	3	4	0	7	-	7
André Sessim Parisenti	32	20	0	52	8	60
Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha	-	9	0	9	-	9



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Charles Lopes Kuhn	51	11	0	62	3	65
Cinara Rosa Figueiró	436	231	0	667	72	739
Edenir Barbosa Domingos	-	1	0	1	-	1
Lúcia Rodrigues de Matos	15	15	0	30	3	33
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	235	72	0	307	39	346
Thiago Boldt de Souza	23	19	0	42	6	48
TOTAL	795	382	0	1.177	131	1.308
Magistrados	Solucionados - 2015					Total de processos solucionados
	Com Exame de Mérito			Sem Exame de Mérito		
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Ledur	-	1	0	1	-	1
André Sessim Parisenti	-	3	0	3	-	3
Charles Lopes Kuhn	6	4	0	10	-	10
Cinara Rosa Figueiró	231	172	0	403	44	447
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	7	0	0	7	1	8
Edenir Barbosa Domingos	13	0	0	13	2	15
Lúcia Rodrigues de Matos	9	1	0	10	-	10
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	78	60	0	138	10	148
TOTAL	344	241	0	585	57	642

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

CINARA ROSA FIGUEIRÓ		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
Conclusão mais antiga: 11.06.2015 0000658-15.2014.5.04.0384*	0000773-36.2014.5.04.0384*	0020036-54.2014.5.04.0384
0000013-87.2014.5.04.0384*	0000791-57.2014.5.04.0384*	0020040-91.2014.5.04.0384
0000049-32.2014.5.04.0384*	0000803-71.2014.5.04.0384*	0020041-76.2014.5.04.0384*
0000105-02.2013.5.04.0384*	0000806-26.2014.5.04.0384	0020049-53.2014.5.04.0384*
0000107-35.2014.5.04.0384*	0000809-78.2014.5.04.0384*	0020050-38.2014.5.04.0384*
0000113-42.2014.5.04.0384*	0000820-10.2014.5.04.0384*	0020053-90.2014.5.04.0384*
0000207-87.2014.5.04.0384*	0000825-32.2014.5.04.0384	0020057-30.2014.5.04.0384*



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

0000314-34.2014.5.04.0384*	0000949-49.2013.5.04.0384*	0020063-37.2014.5.04.0384*
0000442-54.2014.5.04.0384*	0001221-43.2013.5.04.0384	0020063-43.2014.5.04.0382*
0000455-87.2013.5.04.0384*	0001441-41.2013.5.04.0384*	0020064-22.2014.5.04.0384*
0000561-15.2014.5.04.0384*	0001443-11.2013.5.04.0384*	0020085-95.2014.5.04.0384*
0000576-81.2014.5.04.0384*	0001533-53.2012.5.04.0384*	0020089-98.2015.5.04.0384*
0000615-78.2014.5.04.0384*	0001695-48.2012.5.04.0384*	0020091-05.2014.5.04.0384*
0000654-75.2014.5.04.0384*	0020001-94.2014.5.04.0384*	0020113-63.2014.5.04.0384*
0000679-88.2014.5.04.0384*	0020003-64.2014.5.04.0384*	0020148-23.2014.5.04.0384*
0000692-87.2014.5.04.0384*	0020007-04.2014.5.04.0384*	0020149-08.2014.5.04.0384*
0000706-71.2014.5.04.0384*	0020014-93.2014.5.04.0384*	0020281-68.2014.5.04.0383*
0000718-85.2014.5.04.0384*	0020018-33.2014.5.04.0384*	0020346-60.2014.5.04.0384*
0000730-02.2014.5.04.0384*	0020022-70.2014.5.04.0384	0020385-57.2014.5.04.0384*
0000772-51.2014.5.04.0384*	-	-
Incidentes Processuais da Execução		
Conclusão mais antiga: 11.06.2015 0001189-72.2012.5.04.0384*	0175300-25.2004.5.04.0381*	-
Total: 60 processos		
OSVALDO ANTONIO DA SILVA STOCHER		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
Conclusão mais antiga: 23.3.2015 0000008-65.2014.5.04.0384*	0000830-54.2014.5.04.0384	0000876-43.2014.5.04.0384
0000059-76.2014.5.04.0384*	0000847-90.2014.5.04.0384	0001218-88.2013.5.04.0384
0000693-72.2014.5.04.0384*	0000848-75.2014.5.04.0384	0001451-85.2013.5.04.0384*
0000860-89.2014.5.04.0384	0000851-64.2013.5.04.0384	-
Embargos Declaratórios		
Conclusão mais antiga: 08.04.2015 0000809-49.2012.5.04.0384*	0001272-54.2013.5.04.0384*	0001436-19.2013.5.04.0384*
0000812-04.2012.5.04.0384*	0001289-90.2013.5.04.0384*	-
Total: 16 processos		
LÚCIA RODRIGUES DE MATOS		



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Incidentes Processuais da Execução		
Data da Conclusão: 22.06.2015 0074000-78.2008.5.04.0381*	-	-
Total: 1 processo		
EDENIR BARBOSA DOMINGOS		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
Conclusão mais antiga: 22.06.2015 0020317-10.2014.5.04.0384*	0020263-44.2014.5.04.0384*	0020281-65.2014.5.04.0384*
Total: 3 processos		

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 14.08.2015)

* Processos pendentes de sentença na data da Correição, julgados posteriormente

6.9 PROCESSOS QUE CONSTAM COMO CONCLUSOS PARA DECISÃO POR ERRO DE ANDAMENTO

OSVALDO ANTONIO DA SILVA STOCHER		
0020412-40.2014.5.04.0384	0000135-08.2011.5.04.038	-

7 ROTINAS DE SECRETARIA

A divisão do trabalho na secretaria da 4ª Vara do Trabalho de Taquara observa o critério de tarefas. O atendimento ao balcão é realizado em sistema de rodízio. Igor encarrega-se do protocolo da fase de conhecimento, Daniely (estagiária) certifica o prazo da fase de conhecimento, Fernando se incumbem do protocolo e prazo relativos à fase de liquidação e a execução está a cargo da Diretora Melina e Janaína, com auxílio dos demais. Esclareceu Melina que a execução era responsabilidade de Ademir, Miziara e Patrícia, mas esteve afastada em licença gestante e Ademir e Miziara saíram da unidade, por remoção, em 05.8.2015 e 24.2.2015, respectivamente. Igor e Larissa localizam os autos dos processos e quem analisa as petições protocoladas lavra o termo de juntada, minuta os despachos e cumpre as determinações. Os cumprimentos da sala de audiências estão a cargo de Tiago.

Na unidade correccionada a execução segue o rito do art. 884 da CLT, o depósito recursal só é liberado ao credor após decorrido o prazo de embargos à execução e antes da citação dos sócios, em caso de redirecionamento da execução, é efetuado bloqueio de valores no Bacen Jud, a título de cautela.

Informou a Diretora Melina que o Tribunal não encaminhou bandeiras (Nacional e Estadual) para colocação na sala de audiências da 4ª Vara do Trabalho de Taquara. A questão foi encaminhada pela Vice-Corregedora ao almoxarifado, para atendimento.



7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Na data de inspeção, 18.8.2015, havia processos aguardando desde 09.6.2015 expedição de notificações e/ou de ofícios. Casos urgentes estão sendo priorizados e atendidos. A fluência do prazo na Unidade, relativamente aos processos físicos, estava interrompida por força da Portaria Conjunta 1/2015, impossibilitando a expedição de notificações com prazo.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Na data da inspeção, 18.8.2015, havia 10 processos aguardando expedição de mandados desde 09.6.2015. A fluência do prazo na Unidade, relativamente aos processos físicos, estava interrompida por força da Portaria Conjunta 1/2015.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Em dia.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Em dia.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data de inspeção, 18.8.2015, havia processos aguardando análise de petições protocoladas em 01.6.2015 (relativas à fase de liquidação), 03.6.2015 (da fase de conhecimento, sem pauta designada), 10.6.2015 (fase de conhecimento, processos da pauta) e 14.7.2015 (processos em fase de execução).

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data de inspeção, 18.8.2015, estava sendo certificado o prazo de 31.5.2015 (processos da fase de execução) e 09.6.2015 (processos na fase de conhecimento).

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Em dia. Realizada semanalmente.

7.8 CONVÊNIOS



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Na data da inspeção correcional, 18.8.2015, havia processos aguardando consultas aos convênios Bacen Jud, Renajud e Infojud desde 09.6.2015, quando deflagrada a greve.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Em dia.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0051800-43.2009.5.04.0381	08/05/2015	03 meses e 06 dias
2	0000115-46.2013.5.04.0384	18/05/2015	02 meses e 26 dias
3	0016800-73.2009.5.04.0383	18/05/2015	02 meses e 26 dias
4	0169800-02.2009.5.04.0381	21/05/2015	02 meses e 23 dias
5	0001433-98.2012.5.04.0384	21/05/2015	02 meses e 23 dias
6	0000368-34.2013.5.04.0384	25/05/2015	02 meses e 19 dias
7	0001321-95.2013.5.04.0384	25/05/2015	02 meses e 19 dias
8	0000268-79.2013.5.04.0384	27/05/2015	02 meses e 17 dias
9	0000196-92.2013.5.04.0384	27/05/2015	02 meses e 17 dias
10	0001867-87.2012.5.04.0384	27/05/2015	02 meses e 17 dias
11	0001099-64.2012.5.04.0384	29/05/2015	02 meses e 15 dias
12	0000738-13.2013.5.04.0384	01/06/2015	02 meses e 13 dias
13	0000402-43.2012.5.04.0384	01/06/2015	02 meses e 13 dias
14	0001516-17.2012.5.04.0384	01/06/2015	02 meses e 13 dias
15	0001151-26.2013.5.04.0384	01/06/2015	02 meses e 13 dias
16	0002049-73.2012.5.04.0384	03/06/2015	02 meses e 11 dias
17	0000498-24.2013.5.04.0384	03/06/2015	02 meses e 11 dias
18	0001593-26.2012.5.04.0384	03/06/2015	02 meses e 11 dias
19	0000223-12.2012.5.04.0384 *	05/06/2015	02 meses e 09 dias
20	0000029-12.2012.5.04.0384 *	05/06/2015	02 meses e 09 dias
21	0000185-63.2013.5.04.0384	05/06/2015	02 meses e 09 dias
22	0001926-75.2012.5.04.0384	08/06/2015	02 meses e 06 dias
23	0000709-94.2012.5.04.0384	08/06/2015	02 meses e 06 dias
24	0000682-43.2014.5.04.0384	08/06/2015	02 meses e 06 dias
25	0013500-11.2006.5.04.0383	10/06/2015	02 meses e 04 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

26	0000877-96.2012.5.04.0384	10/06/2015	02 meses e 04 dias
27	0000495-35.2014.5.04.0384	10/06/2015	02 meses e 04 dias
28	0000652-42.2013.5.04.0384	10/06/2015	02 meses e 04 dias
29	0000988-46.2013.5.04.0384	11/06/2015	02 meses e 03 dias
30	0000478-67.2012.5.04.0384	11/06/2015	02 meses e 03 dias
31	0000085-74.2014.5.04.0384	12/06/2015	02 meses e 02 dias
32	0000362-27.2013.5.04.0384	12/06/2015	02 meses e 02 dias
33	0001155-97.2012.5.04.0384	12/06/2015	02 meses e 02 dias
34	0000793-27.2014.5.04.0384	12/06/2015	02 meses e 02 dias
35	0000323-93.2014.5.04.0384	12/06/2015	02 meses e 02 dias
36	0001106-30.2010.5.04.0383	15/06/2015	01 mês e 29 dias
37	0000566-71.2013.5.04.0384	15/06/2015	01 mês e 29 dias
38	0000634-84.2014.5.04.0384	15/06/2015	01 mês e 29 dias
39	0001718-91.2012.5.04.0384	15/06/2015	01 mês e 29 dias
40	0001088-98.2013.5.04.0384	15/06/2015	01 mês e 29 dias
41	0001163-40.2013.5.04.0384	15/06/2015	01 mês e 29 dias
42	0000475-44.2014.5.04.0384	16/06/2015	01 mês e 28 dias
43	0001614-02.2012.5.04.0384	17/06/2015	01 mês e 27 dias
44	0000863-44.2014.5.04.0384	17/06/2015	01 mês e 27 dias
45	0000151-54.2014.5.04.0384	17/06/2015	01 mês e 27 dias
46	0001689-41.2012.5.04.0384	18/06/2015	01 mês e 26 dias
47	0000008-65.2014.5.04.0384	18/06/2015	01 mês e 26 dias
48	0000054-54.2014.5.04.0384	18/06/2015	01 mês e 26 dias
49	0001398-07.2013.5.04.0384	19/06/2015	01 mês e 25 dias
50	0001322-94.2010.5.04.0381	24/06/2015	01 mês e 20 dias
51	0000919-28.2010.5.04.0381	29/06/2015	01 mês e 15 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 14.08.2015)

* Em junho de 2015 foi requerida a dilação do prazo, que transcorreu sem apreciação ou devolução dos autos.

7.10.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000182-74.2014.5.04.0384	18/05/2015	02 meses e 26 dias
2	0000881-10.2010.5.04.0383	25/05/2015	02 meses e 19 dias
3	0001016-46.2013.5.04.0341	26/05/2015	02 meses e 18 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

4	0001022-55.2012.5.04.0384	01/06/2015	01 mês e 13 dias
5	0002184-85.2012.5.04.0384	05/06/2015	02 meses e 09 dias
6	0001980-41.2012.5.04.0384	08/06/2015	02 meses e 06 dias
7	0000845-91.2012.5.04.0384	10/06/2015	02 meses e 04 dias
8	0127700-71.2005.5.04.0381	11/06/2015	02 meses e 03 dias
9	0000625-59.2013.5.04.0384	15/06/2015	01 mês e 29 dias
10	0000077-34.2013.5.04.0384	15/06/2015	01 mês e 29 dias
11	0001989-03.2012.5.04.0384	22/06/2015	01 mês e 22 dias
12	0000519-97.2013.5.04.0384	01/07/2015	01 mês e 13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 14.08.2015)

7.10.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	384-00284/15	0000339-61.2011.5.04.0381	13/07/2015	01 mês e 01 dia

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 14.08.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 17.06.2015, uma listagem contendo 100 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000613-11.2014.5.04.0384
Fase: Solucionado. Aspectos formais. Nada a apontar. Movimentação processual. Nada a apontar.	
2	Processo nº 0000429-26.2012.5.04.0384
Fase: Execução. Peculiaridade. Processo “solucionado” por meio de transação com a primeira demandada, ficando <i>sub judice</i> a análise do pedido de responsabilidade subsidiária das demais reclamadas no caso de descumprimento do acordo. Descumprido, iniciou-se execução contra primeira demandada e, sem êxito, processo foi concluso para prolação de sentença de conhecimento, retornando à fase de “solucionado”. Aspectos formais. <u>Termos de juntada</u> - no verso da fl. 256 não faz referência expressa à certidão da matrícula do imóvel penhorado, que	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

acompanha o ofício do Registro de Imóveis. A ata da fl. 290 não está assinada pelo Secretário de Audiências. Lançamentos no inFOR - não constou o andamento “Conclusão para sentença”, antes do andamento “Julgamento” (lançamento 256), cujo resultado implica mudança automática da fase de “Execução” para a de processo “Solucionado”. Não foi certificado o decurso *in albis* do prazo recursal (notificações das fls. 337-38). **Movimentação processual.** Demora no impulso processual – processo concluso para sentença por mais de 60 dias: autos encaminhados à conclusão em 03-11-2014 (lançamento 253 do inFOR) e sentença proferida em 08-05-2015 (lançamento 256 do inFOR).

3

Processo nº 0000626-10.2014.5.04.0384

Fase: Conhecimento. **Aspectos formais.** Não foi observada na autuação a ordem de juntada estabelecida no § 1º do artigo 39 do CPCor/TRT4 (docs das fls. 05-v/06 foram juntados antes da procuração da fl. 06-v). Lançamentos no inFOR - não constou o andamento “Antecipação de tutela – parte requer”, logo após o lançamento 01 “Processo distribuído”, alusivo ao pedido deduzido na alínea “a”, fl. 04, do petitório. Não foi observada a ordem de juntada das credenciais em audiência (Ato Constitutivo fl. 18 e Alterações de Contratos Sociais das fls. 21-5 e 142-47 juntado depois das cartas de preposição e procurações das fls. 16-7, 19-20 e 140-41, respectivamente). **Movimentação processual.** Nada a apontar.

4

Processo nº 0001841-89.2012.5.04.0384

Fase: Liquidação. **Aspectos formais.** Nada a apontar. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual – processo sem movimentação por mais de 60 dias: sentença das fls. 374-82 publicada e juntada em 15-04-2014, e as notificações às partes emitidas em 27-06-2014 (fls. 383-84). Lapso superior a dez dias para conclusão dos autos ao magistrado: o prazo recursal esgotou-se em 30-07-2014 (lançamento 63 do inFOR) e o termo de conclusão só foi lançado em 07-10-2014 (fl. 394).

5

Processo nº 0000296-47.2013.5.04.0384

Fase: Execução. **Aspectos formais.** Lançamentos no inFOR - não constou o andamento “Recebido o recurso”, logo após o lançamento 54 “Decisão/Despacho”, em alusão ao apelo apresentado pela rte ter sido recebido pelo despacho da fl. 385; não constou o andamento “Liquidação homologada”, que registra a decisão que encerra a fase de liquidação e altera a fase do processo para a execução, logo após o lançamento 92 “Decisão/Despacho”. Não foi certificado nos autos a retirada da CTPS pela reclamada (fl. 488-v) e pela reclamante (fl. 499-v). **Movimentação processual.** Certificação do prazo: o prazo recursal esgotou-se em 13-03-2014 (intimação da fl. 377 e lançamento 53 do inFOR) e seu decurso foi certificado em 02-04-2014 (fl. 385). Demora no impulso processual – o prazo concedido na notificação da fl. 470 findou, *in albis*, em 20.4.2015 e o processo permaneceu sem movimentação até 06.5.2015, quando da manifestação da exequente (fl. 471).

6

Processo nº 000085-88.2011.5.04.0381

Fase: Execução. **Aspectos formais.** Lançamentos no inFOR - no lançamento nº 64 (“Petição protocolada”) constou como complemento “OUTROS– movimentação não nominada”, quando o correto é “Cálculos – apresentação”, conforme fls. 231-6; não constou o andamento “Liquidação homologada”, que registra a decisão que encerra a fase de liquidação e altera a fase do processo para a execução, logo após o lançamento 71 “Decisão/Despacho”. Não foi certificado o decurso *in albis* do prazo constante da notificação da fl. 237. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual – cálculo de liquidação juntado aos autos em 02-04-2014 (fl. 229-v) e emissão das notificações das fls. 237-38 em 22-04-2014. Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias - despacho assinado em 22-06-2014 (fl. 241) e cumprido em 10-07-2014 (fls. 242-44).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

7	Processo nº 0000022-54.2011.5.04.0384
Fase: Execução. Aspectos formais. Nada a apontar. Movimentação processual. <u>Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias</u> - despacho assinado em 23-06-2014 (fl. 258) e cumprido em 07-07-2014 (fls. 260). <u>Certificação do prazo:</u> prazo concedido na notificação da fl. 264 findou em 10-10-2014, e seu decurso <i>in albis</i> foi certificado em 05-11-2014 (fl. 264-v); prazo do edital de fl. 187 findou em 25.5.2015 e seu decurso <i>in albis</i> não foi certificado até a data em que remetidos os autos à Vice-Corregedoria (26.6.2015).	
8	Processo nº 0002070-49.2012.5.04.0384
Fase: Execução. Aspectos formais. <u>Registro de carga</u> - na fl. 198 não constou a data da devolução da carga bem como rubrica e identificação do servidor que recebeu os autos. <u>Lançamentos no inFOR</u> - não constou o andamento “Liquidação homologada”, que registra a decisão que encerra a fase de liquidação e altera a fase do processo para a execução, logo após o lançamento 92 “Decisão/Despacho”. Movimentação processual. <u>Demora no impulso processual</u> – cálculo de liquidação juntado em 27-05-2014 (fl. 172-v) e emissão de notificação (fl. 187) em 17-06-2014; comprovantes de recolhimento previdenciário pela CEF juntados em 10-03-2015 (fl. 214-v) e o termo de conclusão lançado em 16-04-2015 (fl. 216). <u>Certificação do prazo:</u> prazo do edital da fl. 197 findou em 29-10-2014, e seu decurso <i>in albis</i> , certificado em 03-12-2014, fl. 198.	
9	Processo nº 0000046-82.2011.5.04.0384
Fase: Liquidação. Aspectos formais. <u>Registro de carga</u> – na fl. 227 não consta a assinatura do profissional que retirou os autos em carga. Movimentação processual. <u>Certificação do prazo:</u> prazo concedido na notificação da fl. 225 findou em 09-02-2015 e seu decurso <i>in albis</i> foi certificado em 05-03-2015, fl. 225; prazo concedido na notificação da fl. 238 findou em 08.6.2015 e o processo permaneceu sem movimentação até a remessa a esta Vice-Corregedoria, em 24.6.2015. <u>Demora no impulso processual</u> – devolução dos autos retirados em carga excede em mais de 25 dias o prazo assinado à contadora na notificação da fl. 226 (fl. 227) sem que a Secretaria tenha efetuado a sua cobrança.	
10	Processo nº 0001747-44.2012.5.04.0384
Fase: Conhecimento. Aspectos formais. Ausência de numeração na margem direita inferior dos autos provisórios juntados às fls. 541-43. Movimentação processual. Nada a apontar.	

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, aferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 12.08.2015.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo (Falta de andamento “Prazo”)	0000362-90.2014.5.04.0384 0001089-83.2013.5.04.0384 0000822-77.2014.5.04.0384



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Processo devolvido ao arquivo sem registro/com registro incorreto e/ou aguardando arquivamento	0143200-06.2007.5.04.0383 0002161-42.2012.5.04.0384
Demora no andamento processual ou registros desatualizados	0130200-71.2009.5.04.0381 0141300-91.2007.5.04.0381 0173000-56.2005.5.04.0381 0000308-61.2013.5.04.0384

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é observada** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal (v.g., processos 0000296-47.2013.5.04.0384, fl. 385, e 0001841-89.2012.5.04.0384, fl. 394).

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **é ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento (v.g., proc. nº 0002070-49.2012.5.04.0384, fl. 2067).

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária (v.g., 0000429-26.2012.5.04.0384, fl. 252).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado no Foro Trabalhista de Taquara em **18.8.2014**.

O trabalho no PJe, na unidade correccionada, até a deflagração da greve era distribuído por tarefas; com o retorno das atividades será organizado por carteiras (cinco servidores), com outorga de 2 números finais para cada servidor, que responderá pelo processo na fase de conhecimento até final da liquidação. A execução permanecerá fora dessa divisão, respondendo por ela Patrícia, Diogo e Karla. A triagem inicial é realizada pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, inclusive com análise de prevenção.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 17.08.2015 e com nova verificação na data da inspeção, 18.8.2015, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Com habilitações não lidas	-	269	<u>20511-76.2015</u> (09.6.2015)	21.7.2015 Audiência
Com pedido de liminar ou tutela não apreciados	-	01	<u>20893-2015</u> 18.6.2015	-
Com petições avulsas	-	-	-	-
Com petições não apreciadas	-	09	<u>20026.2015</u> (17.8.15) Demais, de 18.8.2015	-
Com mandados devolvidos OJ	-	-	-	-
Com audiências não designadas	-	-	-	-
Pasta	Subpastas (caixas)	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Aguardando cumprimento providência	-Prazo semanal -Protocolo -Servidor(es)	219 (quantidade total)	Caixa: junho – 01 a 05 (3) <u>20156-97.2014</u> Audiência de prosseguimento em 21.10.15 Caixa: Protocolo (127) <u>20034-50.2015</u> (prazos até 13.8.15 e	14.5.2015 Expedido ofício ao INSS ***** 11.8.2015 Manifestação rdas.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

			audiência em 01.12.15)	
Aguardando cumprimento de providência de exec.	Prazo quinzenal, e por diligência	17 (quantidade total)	Caixa: Agosto – 03 a 14 (1) <u>20516-95.2015</u> ***** Caixa: Lançar / alterar conta (4) <u>20077-21.2014</u>	07.7.2015 e-mail à VT deprecante – prazo 30 dias ***** 03.7.15 Determinada atualização da conta e pesquisa...
Aguardando cumprimento de providência - liq.	Prazo semanal	6 (quantidade total)	Caixa: julho – 27 a 31 (2) <u>20077-30.2014</u> (decorrido prazo em 01.8.2015)	21.7.15 Notificado exequente p/ apresentar cálculos (10 dias)
Aguardando ciência	Pasta não utilizada – processos daqui são redirecionados para a tarefa aguardando cumprimento providência, com controle de prazo semanal			
Aguardando ciência decisão – ConPra	Pasta não utilizada – processos daqui são redirecionados para a tarefa aguardando cumprimento providência, com controle de prazo semanal			
Aguardando término dos prazos	Caixa: encaminhar para cumprimento de providência	04 (quantidade total)	<u>CP 20657-17.2015</u>	30.6.15 Despacho “cumpra-se” 12.8.15 Expedido o mandado
Apreciar urgentes	-	-	-	
Controle sobrestamento / suspensão	-	-	-	
Controle manual prazo pós sent.	Prazo semanal	08 (quantidade total)	Caixa: agosto – 10 a 14 (1) <u>20389-60.2015</u> Prazo decorrido em 10.8.2015	29.7.2015 Intimação da sentença
Prazos vencidos	Pasta não utilizada – processos daqui são redirecionados para a tarefa aguardando cumprimento providência, com controle de prazo semanal			
Preparar comunicação	Por servidor e tarefa “not sentenças”	15 (quantidade total)	Caixa: Karla (1) <u>20023-21.2015</u> Audiência em 20.8.15	05.6.15 (expedida notificação à rte) e 09.6.15 (rte apresenta amostragem) - rda. não foi notificada para falar sobre amostragem
Remeter ao 2º grau	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Triagem inicial	Caixa "Conferidos CCDF" * e demais na raiz	78 (em caixas: 8) (quantidade total)	Caixa: Conferidos CCDF (7) <u>20739-48.2015</u>	13.7.2015 Autuado
-----------------	--	--------------------------------------	---	----------------------

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

* A ação é distribuída à Vara do Trabalho, com designação de pauta automática pelo sistema; a CCDF, com perfil da Vara do Trabalho, faz o exame de prevenção e a triagem inicial, dando preferência aos processos com pautas mais próximas; após, desloca o processo triado para a pasta "Conferidos CCDF", para a Unidade Judiciária providenciar as notificações das audiências

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se razoável gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com organização de pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa facilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade. Ainda assim, por ocasião da inspeção correcional, em 18.8.2015, algumas tarefas apresentavam atraso, sendo as pendências mais antigas do período de julho de 2015 em diante ("aguardando cumprimento de providência - execução", "controle manual prazo pós sentença" e "preparar comunicação").

Reiterou-se, outrossim, à Diretora de Secretaria a relevância de manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores como forma de conservar o controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT

A Unidade Judiciária não necessitou do apoio do SAT no período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

No período correccionado, vigorou no Foro Trabalhista de Taquara regime de Juiz Auxiliar compartilhado, de 10.3 a 11.6.2014, de 15.9 a 14.11.2014, de 12.3 a 14.7.2015, de 17.8 a 17.11.2015, com previsão de novo regime de 14.3 a 15.7.2016 (Portarias da Corregedoria Regional de nº 37/2013, 12 e 25 de 2014, 12 e 18 de 2015, respectivamente).

Verificou-se que na 4ª Vara do Trabalho de Taquara o número de servidores (12) está **adequado** ao previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 11 a 12). À exceção de Larissa, todos os servidores participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se participação média de 113 horas por servidor em treinamentos e eventos de capacitação.

No período correccionado, a movimentação na lotação envolveu 5 servidores (Rochele, Francielle, Ângela, Miziara e Ademir). Quanto aos



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

afastamentos, o mais significativo ocorreu por força de licença gestante (Patrícia, 180 dias).

Houve adesão dos servidores da Unidade Judiciária aos movimentos grevistas ocorridos no ano de 2014, com edição de Portaria 01/2014 pela Direção do Foro, reduzindo o horário de atendimento externo. Com relação à greve de 2015, houve adesão de 70% dos servidores da unidade, resultando na edição de Portaria Conjunta 1/2015 da 1ª, 2ª e 4ª Varas do Trabalho de Taquara, determinando a interrupção dos prazos processuais e redução do horário de atendimento externo.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, diminuiu 2,29% em relação ao ano de 2013, recuando para 2.257 processos, enquanto na 4ª Região verificou-se crescimento médio de 2,78% do acervo de processos em tramitação.

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a Unidade Judiciária o manteve estável em 2014, na comparação com 2013, com acréscimo de 02 processos (0,24%), ficando aquém do aumento aferido na 4ª Região, de 17,69%.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária passou de 38,28% em 2013 para 39,83% em 2014, alcançando 58,28% em junho de 2015, permanecendo abaixo do congestionamento médio regional.

A Unidade Judiciária reduziu o número de processos solucionados em comparação com o ano anterior em 8,34%, enquanto na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. Ainda assim, o número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) aumentou 36,92% na Unidade Judiciária, em comparação com o ano de 2013, enquanto, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Na fase de liquidação, houve aumento de 135,71% no número de liquidações pendentes em 2014, passando de 56 para 132 processos, enquanto o índice de congestionamento da Unidade Judiciária alcançou 55,10%, superando o congestionamento médio apurado na 4ª Região, de 44,16%.

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 4,40% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. O estoque de processos pendentes da fase de execução reduziu 8,08%, enquanto na 4ª Região verificou-se queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução. A taxa de congestionamento da unidade na fase de execução, de 76,13% em 2014, e 84,19% em junho de 2015, superou o congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81% e 83,77%, respectivamente.

Observou-se que a Meta 1/2014 do CNJ não foi atendida pela Unidade Judiciária, e a Meta 5/2014 foi atendida parcialmente. Os dados colhidos até junho de 2015 indicam probabilidade de não atingimento das Metas 1/2015 e 5/2015, bem assim das Metas específicas para a Justiça do Trabalho. Em



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

contrapartida, a Unidade Judiciária atendeu as Metas do CNJ anteriores a 2014, bem assim e as Metas 2/2014, 6/2014, e 2/2015 e 6/2015. Quanto à Meta 7/2015 o período de apuração ainda não se completou.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se, em 2014, aumento médio de 11,34% na fase de conhecimento. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 79,98 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 223,14 dias. No mesmo período de apuração, verificou-se na 4ª Região que o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 246 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o prazo de tramitação processual, em 2014, alcançou 197,32 dias nas ações ordinárias, mostrando-se mais célere que o prazo médio regional, 220 dias nos processos ordinários. O sistema e-Gestão não retornou valores quanto ao prazo decorrido na liquidação nos processos sumaríssimos.

No pertinente à fase de execução, o prazo de tramitação processual em 2014 alcançou 343,23 dias quando o executado é ente privado, e recuou para 434 dias quando a execução é contra ente público, prazos menores que os apurados nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, de 596 e 1.091 dias, respectivamente. Em 2015, o prazo médio da unidade correccionada tem sido 290,99 dias nas execuções contra entes privados e 448,67 contra entes públicos.

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para realização das audiências iniciais, tanto nos processos submetidos ao rito sumaríssimo quanto nas ações de rito ordinário, permaneceu próximo do lapso que se tem por adequado (até quarenta dias) para unidades desse porte. Na data da inspeção correcional, 18.8.2015, a pauta inicial estava em 13 dias para audiências em processos sumaríssimos e 42 dias nas ações ordinárias, ainda que, em junho de 2015, os dados do e-Gestão tenham apontado prazo médio de 40 e 65 dias, respectivamente, nas ações sumaríssimas e nos processos ordinários. Já no pertinente ao prazo médio em que realizadas as audiências de prosseguimento, apurou-se que na data da inspeção correcional, 18.8.2015, situava-se entre 179 e 222 dias, dentro do prazo que se tem por razoável para unidades com semelhante movimentação processual, que é de até 240 dias.

No pertinente aos processos eletrônicos, verificou-se que são movimentados regularmente, que a designação de audiências iniciais observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e que as pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa têm organização adequada.

Nota-se, outrossim, que a exclusão da lista do BNDT daqueles que já quitaram seus débitos, em que pese alguns atrasos pontuais, como regra, **tem** recebido atenção adequada pela Unidade Judiciária, essencial como forma de disseminação positiva da viabilidade, efetividade e respeitabilidade desse sistema.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Verificou-se, ainda, a partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, que a Unidade Judiciária tem atendido aos prazos legais para prática dos atos processuais, exceto atrasos pontuais, de regra verificados em períodos de férias ou licenças de servidores. Na data da Correição, em face da interrupção dos prazos implementada pela Portaria Conjunta 01/2015 da 1ª, 2ª e 4ª Varas do Trabalho de Taquara, havia processos aguardando cumprimento desde a deflagração da greve, em 09.6.2015.

12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (BNDT)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária continue efetuando a conferência e, quando o caso, a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), inclusive no processo relacionado no item 3.4.3, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos.

ITEM 3.5 e 6.9 (Incidentes Processuais e Decisões Pendentes por erro de andamento)

Determina-se que, em relação aos processos elencados nos itens 3.5 e 6.9, a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e a movimentação efetiva dos processos (tanto físicos quanto eletrônicos), lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Recomenda-se, ainda, que periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.3.1. (Meta CNJ 1 - 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1/2015, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que a Meta CNJ 1/2014, de igual conteúdo, já não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 5.2.1), e que os dados parciais de 2015, colhidos até 31.8.2015, apontam tendência de manutenção do quadro



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

ITEM 5.3.5 (Meta CNJ 7 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

ITEM 5.3.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumente, em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014.

ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)

Recomenda-se que os prazos médios para a realização das audiências iniciais sejam mantidos em até 40 dias, que se tem por adequado para unidades desse porte.

Com relação às audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se, de igual forma, seja observado para que não ultrapasse 240 dias, razoável para unidades com semelhante movimentação processual.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (“Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias” e “Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias”)

Determina-se a **imediata** cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPC.

ITEM 7.10.3 (“Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias”)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Determina-se a cobrança do mandado com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) proceda aos lançamentos obrigatórios no inFOR bem como daqueles que importem alteração de fase e repercutam no e-GESTÃO, como os andamentos relativos ao recebimento de recurso, homologação de liquidação e extinção da execução;
- b) quando da autuação do feito observe-se a ordem de juntada prevista nos arts. 39, §1º, o CPCR;
- c) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
- d) atente para os requisitos estabelecidos no art. 53 CPCR ao preencher a folha de carga de processos;
- e) certifique as datas de vencimento dos prazos (art. 776 da CLT);
- f) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

ITEM 8.2 (Andamentos no inFOR)

Determina-se que a Unidade Judiciária observe o lançamento adequado dos andamentos no inFOR, a fim de evitar as práticas irregulares apontadas.

ITEM 9 (PJe-JT)

Recomenda-se:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- a) que a notificação às partes das datas de audiências seja realizada com presteza, assim que realizada a triagem inicial e análise de prevenção pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro;
- b) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento;
- c) providencie o exame e cumprimento das pendências com mais de quinze dias existentes nas caixas “aguardando cumprimento de providência - execução”, “aguardando término dos prazos” e “controle manual prazo pós sentença”.

Recomenda-se, ainda:

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.

- que a Unidade Judiciária, sempre com a maior brevidade possível, encaminhe os equipamentos e móveis que já não tenham serventia à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro com vista ao desfazimento desses bens, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

13 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, no dia 18.8.2015, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, sem que comparecessem advogados.

Compareceram para entrevistar a Vice-Corregedora o Sr. Cristiano Vargas, do Jornal Panorama e Rádio Taquara, e a Sra. Mariana Halmel, do Jornal NH.

14 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelos Juízes titular Cinara Rosa Figueiró, e substituto Osvaldo Antônio da Silva Stocher, pela Diretora de Secretaria Melina Seolino Ferrary, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Desembargadora Vice-Corregedora, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

**CARMEN GONZALEZ
Vice-Corregedora Regional**